



Assembleia Municipal de Castro Marim

ATA N.º 10

(sessão realizada em 30 de dezembro de 2025)

Mesa:

Presidência: João Alfredo Fernandes Teixeira (PPD/PSD) -----

1º Secretário: Luís Filipe Ribeiro Cruz (PPD/PSD) -----

2º Secretário: Isabel Maria Gomes Revez dos Reis (PPD/PSD) -----

Faltas: António Manuel Martins Pereira (PPD/PSD), Victor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa (PPD/PSD) e Sílvia Dora Dias Beja (CH) -----

Presenças:

João Diogo de Castro Nabais dos Santos (PS)

Jorge Manuel Marques Pereira (PPD/PSD)

Célia Paula Palmeiro de Brito (PS)

Paulo Epifânio Lopes Paulino (CH)

José Luís Afonso Domingos (PS)

Luís Miguel Madeira Afonso (PPD/PSD)

Vera Sofia Gonçalves Martins (PS)

Ernestina Maria Valongo Martins Castro (PPD/PSD)

Luís Manuel Dias Martins (PPD/PSD)

João Nuno Cabral e Pereira da Silva (PS)

Maria Margarida do Livramento Claudino (PPD/PSD)

João Carlos Ferraz Mendes (CH)

Rui César Santos Alves (PPD/PSD)

Maria do Rosário Custódio Sousa (PPD/PSD)

Nélia Maria Corvo dos Santos Mateus (PPD/PSD)

Nuno Duarte Gonçalves Emídio (PPD/PSD)

Hora de abertura: 21:10horas -----



Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/12/2025

Ordinária

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Correspondência recebida -----

Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia -----

Ponto 3 – Período de Intervenção do Público -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

Ponto 2 – Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Castro Marim -----

Ponto 3 – Apreciação e Deliberação, sobre o Despacho da Presidente da Câmara - Documentos Previsionais para 2026 e seguintes – Orçamento, Grandes Opções do Plano e respetivas Normas Regulamentares de Execução Orçamental e Mapa de Pessoal -----



Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/12/2025

Ordinária

O Sr. Presidente iniciou a última sessão do ano de 2025, dando as boas-vindas aos presentes e salientou a melhoria das condições de trabalho da Assembleia, destacando a colocação de novo mobiliário, ainda que provisório, que permite uma melhor organização dos documentos dos deputados. Agradeceu ao Executivo pela concretização deste antigo anseio.-----

COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA – Dando início à sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Fernandes, saudou todos os presentes e verificou a composição da Assembleia. Não podendo estar presente nesta sessão os Srs. Deputados António Manuel Martins Pereira, Sílvia Dora Dias Beja, Victor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa, foram substituído nos termos da lei pelos Srs. Deputados Rui César Santos Alves, Jorge Manuel Marques Pereira, Paulo Epifânio Lopes Paulino. -----

As faltas foram devidamente justificadas. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra a Sra. Deputada Municipal Margarida Livramento, que questionou a Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do projeto da futura creche e pré-escolar no Azinhal, sublinhando a sua importância estratégica para a coesão social e para a fixação de famílias no interior.-----

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal, Luís Martins, que colocou uma questão relativa ao protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Real de Santo António, aprovado em reunião de Câmara. Questionou se os dois municípios reuniram para avaliar se as duas viaturas propostas para aquisição, destinadas a oferecer à corporação, correspondem efetivamente às suas necessidades ou se poderão não ser as mais adequadas.-----

Usou da palavra a Sra. Deputada Municipal, Ernestina Castro, que alertou para o estado de degradação do edifício da Rua de São Sebastião, onde funciona o Serviço de Finanças, e do Registo e da Autarquia, questionando a responsabilidade pelas obras e a existência de diligências em curso. Questionou ainda sobre os projetos de habitação social previstos para Monte Francisco.-----

Usou da palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Altura, Nélia Mateus, que começou por agradecer o apoio do Município à realização da “Feirinha de Natal”. De seguida, expôs várias preocupações relativas à freguesia de Altura, nomeadamente quanto à envolvente da Escola, agradecendo as intervenções pontuais efetuadas, mas classificando a situação como caótica e questionando sobre a continuidade da obra do Plano de Pormenor atualmente suspensa; quanto ao estado do Largo da Paragem, referindo a existência de poças de água e degradação do acesso; quanto à limpeza das



Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/12/2025

Ordinária

ruas, alertando para a insuficiência de recursos humanos e questionando a preparação para os períodos da Páscoa e do Verão; e ainda questionou sobre as inundações recorrentes na zona da Rota Mar, perguntando se existem diligências em curso para a sua resolução.-----

O Sr. Deputado Municipal, José Luís Domingues, manifestou agrado pelo novo espaço e solicitou que a documentação continuasse a ser fornecida em papel.-----

O Sr. Presidente da Assembleia respondeu ao Sr. Deputado Municipal José Luís Domingos que iria reiterar esse pedido junto dos serviços, de forma a que, pelo menos, fosse disponibilizado um exemplar por bancada.-----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal, João Ferraz, que referiu ter enviado uma moção relativa à criação de postos de trabalho com vista à fixação de jovens, lamentando não ter identificado iniciativas nesse sentido nos documentos previsionais e questionando ainda se a referida moção seria considerada ou submetida a votação.-----

A Presidente da Câmara, Filomena Sintra, respondeu às questões colocadas. No que respeita à Creche do Azinhal, em resposta à Deputada Municipal Margarida Livramento, referiu que, após o encerramento da creche anterior, a Segurança Social incentivou a Câmara Municipal a adaptar um espaço para esse fim. Informou que a obra, inicialmente estimada em 150.000 €, apresenta atualmente um custo de cerca de 600.000 €, situação que coloca em risco o financiamento ao abrigo do PRR. Acrescentou que a Câmara Municipal irá reforçar o apoio à associação ABFSFA, esclarecendo ainda que o projeto inclui uma sala de pré-escolar, que se pretende integrar na rede pública, prevendo-se a conclusão da obra em setembro, passando a constituir uma resposta educativa no concelho de Castro Marim.-----

Em resposta ao Sr. Deputado Luís Martins, a Presidente da Câmara esclareceu que o Protocolo com VRSA manteve os pressupostos anteriores devido ao calendário eleitoral, tendo, no entanto, como objetivo a criação de uma estrutura de missão e o estudo da viabilidade financeira da corporação. Referiu, ainda, que a Câmara Municipal se viu obrigada a adquirir dois veículos específicos um ligeiro de combate e um tanque tático para obter parecer favorável da Proteção Civil e aceder a fundos comunitários, apesar de preferir investir num robô de desmatação, cuja aquisição será objeto de outra candidatura.-----

Em resposta à Sr^a. Deputada Municipal Ernestina Castro, a Presidente da Câmara informou que foi constituído um condomínio entre as entidades envolvidas (Finanças, IRN e Câmara Municipal). Referiu que já existe deliberação para a realização de obras de consolidação da fachada e criação de rampas de acessibilidade, com um custo estimado para a Câmara entre 120.000 € a 150.000 €.-----

Em resposta à Presidente da Junta de Freguesia de Altura, Nélia Mateus, a Presidente da Câmara informou que as infraestruturas do PP1 obtiveram finalmente o visto do Tribunal de Contas, estando a obra, a cargo da Mota-Engil, prevista para retomar em



Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/12/2025

Ordinária

janeiro/fevereiro. Referiu que, relativamente ao Largo da Paragem, o concurso público ficou deserto, mas já existe empreiteiro interessado pelo preço base, podendo a obra avançar por ajuste direto, com um custo superior a 300.000 €, resolvendo problemas de drenagem pluvial. Acrescentou que a Câmara irá contratar uma equipa externa a título experimental para Castro Marim e Altura. No que respeita às inundações, informou que foi submetida uma candidatura no valor de 1 milhão de euros, tendo três obras já em curso ou contratadas, nomeadamente o coletor de água pluvial para a duna e a rede pluvial da Bela Praia, reconhecendo que a zona da Rota Mar é crítica, referindo-a como "piscina natural", e admitindo que erros urbanísticos do passado exigem atualmente investimentos significativos para a sua correção.-----

Em resposta ao Sr. Deputado José Luís Domingues, a Sra. Presidente da Câmara concordou em disponibilizar uma cópia em papel para o líder de cada bancada ou para quem especificamente o solicitasse. -----

Em resposta ao Sr. Deputado Municipal, João Ferraz, remeteu a explicação para o Primeiro Secretário da Mesa.-----

O Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Luís Cruz, esclareceu que a moção do Chega, relativa à criação de uma "Comissão Especial de Ordenamento do Território", suscitou dúvidas técnicas quanto à terminologia e enquadramento legal, tendo sido enviada para os serviços técnicos da Câmara para parecer antes de ser inscrita na ordem do dia. Aproveitou ainda para referir, sobre a eleição para a AMAL na reunião anterior, que a lista vencedora não cumpria rigorosamente a lei da paridade nos efetivos, mas que o processo foi aceite. -----

O Sr. Deputado José Luís Domingues interveio sobre a questão da paridade na AMAL, defendendo que a apresentação da lista não invalida a eleição e que situações semelhantes ocorrem noutros órgãos.-----

A Sra. Presidente da Câmara, Filomena Sintra, interveio no debate sobre a AMAL, defendendo que a lista de efetivos deve cumprir a paridade, tal como acontece nos executivos, afirmando que o importante é que Castro Marim esteja representado e que o equilíbrio político na região, com o Presidente da AMAL do PS e o da Assembleia Intermunicipal do PSD, é positivo.-----

O Sr. Deputado João Ferraz voltou a questionar sobre a moção e a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Questionou se as justificações técnicas apresentadas pela Mesa não configuram uma forma de recusar a discussão. Acrescentou que o foco da política municipal não deve ser apenas a habitação, mas também a criação de emprego para fixar os jovens no concelho.-----

A Presidente da Câmara, Filomena Sintra, respondeu com uma intervenção de carácter técnico, explicando que o processo de revisão do PDM teve início em 2015, mas que apresentar a proposta agora, à luz da atual Lei dos Solos, seria prejudicial para o



Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/12/2025

Ordinária

concelho. Esclareceu que a legislação vigente obriga a classificar como “solo rústico” todos os terrenos não edificados, limitando a expansão urbana. Salientou que está a utilizar o regime simplificado e os períodos de transição com o objetivo de preservar a capacidade construtiva em áreas como Altura e Monte Francisco antes da finalização do PDM. Criticou o populismo e o clima de medo em torno das decisões urbanísticas, sublinhando que qualquer aprovação é frequentemente alvo de suspeitas e queixas. A presidente reforçou ainda que a habitação é fundamental para o desenvolvimento económico, dado que sem locais para alojar trabalhadores não é possível atrair empresas, citando como exemplos a fábrica de canábis, o hotel da Verdelago e o futuro hotel da Maravelha. Sustentou que a falta de casas a preços acessíveis constitui um entrave à instalação de novas empresas e ao crescimento económico do concelho.-----

Usou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castro Marim, Nuno Emídio, agradeceu a colaboração do Município na realização do Presépio de Sal e colocou questões sobre duas situações relacionadas com a manutenção urbana. Referiu que, embora a reposição de árvores tenha sido realizada, as calçadas continuam levantadas pelas raízes nas zonas da Igreja de São Sebastião, junto à Farmácia e junto à Casa do Sal. Questionou ainda sobre a requalificação da Rua Bernardino de Sousa Carvalho, que aparenta estar interrompida, indagando se existe um novo calendário para a retoma da obra.-----

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal, Luís Martins, que colocou uma questão relativa à especificação das viaturas que vão adquirir para os Bombeiros. -----

As senhoras Deputadas Municipais, Ernestina Castro e Margarida Livramento, colocaram questões sobre Habitação e Educação. A Deputada Ernestina Castro insistiu em saber o que está projetado para habitação social em Monte Francisco, enquanto a Deputada Municipal Margarida Livramento questionou em que fase se encontra a obra da Escola Básica de Castro Marim.-----

A Sra. Presidente da Câmara, Filomena Sintra, respondeu às questões colocadas pelos membros da Assembleia. Em relação às obras paradas mencionadas pelo Presidente de Junta da Junta de Freguesia, Nuno Emídio, explicou que a interrupção se deveu às férias dos trabalhadores e a uma questão burocrática com a E-Redes, uma vez que o projeto elétrico caducou e teve de ser resubmetido. Sobre as calçadas, informou que a Câmara Municipal está a avaliar a constituição de uma equipa para intervenção “rua a rua” e que, na Rua de São Sebastião, as árvores problemáticas serão removidas na próxima obra de requalificação. Respondendo à Sra. Deputada Margarida Livramento, adiantou que pretende lançar o concurso para a Escola Básica de Castro Marim em janeiro, referindo que a candidatura de 9,5 milhões de euros já foi submetida. Quanto à habitação social em Monte Francisco, indicada pela Sra. Deputada Ernestina Castro, a Presidente informou que a Câmara Municipal possui um terreno municipal onde vai lançar uma oferta pública para venda de lotes destinados a autoconstrução a custos controlados. Em resposta ao Sr. Deputado Municipal, Luís Martins, sobre a aquisição de viaturas, foi



Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/12/2025

Ordinária

informado que o Município adquiriu um veículo ligeiro de combate a incêndios e um veículo Tanque Tático Florestal.-----

PONTO 2 – PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM - Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido enviada a todos os membros. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta. Registaram-se dezassete votos a favor, doze votos dos deputados do Partido Social Democrata e cinco dos deputados do Partido Socialista e dois votos contra dos deputados do CHEGA.-----

PONTO 3 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO, SOBRE O DESPACHO DA PRESIDENTE DA CÂMARA DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026 E SEGUINTE – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E RESPECTIVAS NORMAS REGULAMENTARES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL - Foi presente à Assembleia Municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido enviada a todos os membros. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal João Nabais referiu que se identifica, no essencial, com algumas das patologias dos orçamentos de anos anteriores, apontando preocupações partilhadas pela bancada do Partido Socialista em Castro Marim. Esclareceu que a posição da bancada não assenta numa atitude meramente oposicionista, reconhecendo a existência de aspetos positivos no orçamento. Destacou, contudo, como principal preocupação a deficiente execução orçamental, evidenciada pelo baixo nível de execução das despesas no orçamento de 2025, o que poderá resultar de propostas irrealistas ou de falhas de natureza técnica.-----

A Sra. Presidente da Câmara efetuou uma apresentação detalhada das linhas gerais do Orçamento, referindo que as receitas se encontram limitadas por regras legais, nomeadamente pela média dos últimos anos, destacando a forte dependência de fundos comunitários e de recurso a empréstimo para a área da habitação. Assinalou a existência de despesas rígidas decorrentes da transferência de competências nas áreas da saúde e da educação, sem o correspondente reforço financeiro. No âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, destacou intervenções na área da educação, habitação e infraestruturas, bem como em ciclovias e redes de água. Justificou a baixa execução orçamental com a necessidade de inscrição prévia das verbas para lançamento de concursos, apesar dos atrasos resultantes de procedimentos burocráticos, e manifestou discordância quanto ao critério das transferências do Estado para o Município.-----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Afonso elogiou o orçamento, considerando-o responsável e ambicioso, questionando apenas de que forma o executivo compatibilizou esta ambição com a sustentabilidade financeira.-----



Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/12/2025

Ordinária

Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal, Pereira da Silva, afirmou que votaria contra o orçamento, discordando da abstenção da bancada.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta. Registaram-se doze votos a favor dos deputados do Partido Social Democrata, quatro abstenções dos deputados do Partido Socialista e três votos contra, um do deputado do PS, João Nuno Cabral e Pereira da Silva e dois votos dos deputados do CHEGA. -----



Assembleia Municipal de Castro Marim

Às 23 horas e 40 minutos, do dia 30 de dezembro de 2025, foi aprovada por unanimidade e assinada a Minuta da Ata e encerrada a sessão, que eu _____ Primeiro Secretário, subscrevi. -----

O Presidente da Assembleia,

João Alfredo Fernandes Teixeira

O Primeiro Secretário,

Luis Filipe Ribeiro Cruz

O Segundo Secretário,

Isabel Maria Gomes Revez dos Reis